

A Mata Atlântica na fronteira pioneira do rio Doce: efeitos da atividade siderúrgica e produção de carvão vegetal nas interações socioambientais

Lenício Dutra Marinho Júnior

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

lenicio.junior@ifmg.edu.br

Haruf Salmen Espíndola

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade do Vale do Rio Doce

haruf@univale.br

Línea Temática: Historias de la energía y la minería

Na primeira metade do século XX, o vale do rio Doce, localizado na porção leste do estado brasileiro de Minas Gerais, tornou-se local estratégico para a recuperação econômica regional, destacando-se a atividade mineratória e a siderurgia a base de carvão vegetal. A região apresentava a maior reserva ferrífera do país, e logo, os interesses por sua exploração, promoveu a articulação das elites dirigentes do estado em torno de um projeto político-econômico que pretendia promover a articulação e o desenvolvimento regional. O vale do rio Doce apresentava-se no início do século XX como uma das últimas áreas do Sudeste do Brasil não integrada ao mercado nacional e com grandes reservas florestais disponíveis. Contudo, efetivou-se o processo de ocupação do vale do rio Doce, viabilizada principalmente a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que concretizou o fenômeno nomeado, principalmente por geógrafos e sociólogos, como “fronteira pioneira”. O presente trabalho objetiva compreender a experiência da fronteira pioneira, destacando as interações socioambientais presentes no processo de apropriação das últimas reservas de florestas de Mata Atlântica decorrentes do projeto siderúrgico empreendido por sucessivos governos em Minas Gerais. Para tanto, é fundamental a perspectiva teórica da História Ambiental, que ao conceber os sistemas naturais e socioculturais como inseparáveis, nos auxilia no propósito de repensar a complexidade histórica das interações entre natureza e sociedade, bem como seus efeitos para ambas as partes, na experiência da fronteira pioneira do rio Doce. Outra perspectiva teórica importante é a ideia de “fronteira pioneira”, entendida como uma consequência às demandas do mercado que objetivava, a partir da ocupação de novas terras, a progressiva integração econômica do país. A fronteira, de acordo com a literatura, é caracterizada como lugar de conflitos sociais e pela presença de diferentes e divergentes grupos representados, sinteticamente, por “frentes” de ocupação (formada por posseiros e pequenos agricultores) e capitalistas (formada por empresas e grandes proprietários). Nesse sentido, através principalmente da pesquisa documental, empreendida no arquivo fundiário de Minas Gerais, é possível, além de perceber as plantas das propriedades em

processo de regularização que mensuram a quantidade de matas, verificar as impressões dos sujeitos na fronteira pioneira do rio Doce e seus distintos interesses, particularmente, em relação às florestas. Além dos processos de regularização, destaca-se ainda como fontes primárias os relatórios técnicos, programas políticos, documentos oficiais do poder executivo e legislativo do estado de Minas Gerais que nos permite informar as interações efetivas entre natureza e sociedade. O primeiro resultado importante é constatar que a atividade siderúrgica com base energética à carvão vegetal, resultou na singularidade da experiência da fronteira do rio Doce, se comparada às fronteiras descritas até então pela literatura existente que as identificam como fenômeno essencialmente agrícola. Além disso, em segundo lugar, na fronteira do rio Doce observou-se uma convergência entre forças sociais e suas respectivas frentes – ainda que marcada por conflitos pela propriedade da terra – mobilizadas em torno da produção de carvão e lenha para alimentar os altos-fornos das usinas siderúrgicas e a para a viabilidade da vida cotidiana.